

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

SUPERINTENDENCIA DO IPHAN EM SERGIPE

Maio de 2013



Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)
da região ribeirinha sergipana do Baixo São Francisco

Produto V: Relatório final

Sumário

1. Apresentação	3
2. Metodologia	4
3. Reflexões sobre as informações das fichas	13
4. A dinâmica cultural do sítio e das localidades pesquisadas	27
5. Atitudes, valores e relações da população com o patrimônio cultural e ambiental	31
6. Perspectivas de patrimonialização e salvaguarda dos bens culturais da região	35
7. Referências bibliográficas	38
8. Equipe técnica	39
9. Anexos	40
A. F-10 (Ficha de Identificação do Sítio Baixo São Francisco sergipano)	
B. Anexo 1 (Bibliografia)	
C. Anexo 2 (Registros audiovisuais)	
D. F-11 (Ficha de Identificação da Localidade Foz do São Francisco/SE)	
E. Anexo 3 (Bens culturais inventariados - Foz do São Francisco/SE)	
F. Anexo 4 (Contatos - Foz do São Francisco/SE)	
G. F-11 (Ficha de Identificação da Localidade Antigo Urubu de Baixo)	
H. Anexo 3 (Bens culturais inventariados - Antigo Urubu de Baixo)	
I. Anexo 4 (Contatos - Antigo Urubu de Baixo)	
J. F-11 (Ficha de Identificação da Localidade Alto Sertão Sergipano)	
K. Anexo 3 (Bens culturais inventariados da Localidade Alto Sertão Sergipano)	
L. Anexo 4 (Contatos da Localidade Alto Sertão Sergipano)	
M. Termos de autorização	
N. Recibos de contratação dos agentes culturais locais	
O. DVD	
1- Registros Audiovisuais Localidade Foz do São Francisco	
2- Registros Audiovisuais Localidade Antigo Urubu de Baixo	
3- Registros Audiovisuais Localidade Alto Sertão Sergipano	
Fichas (F-10, F-11, Anexos 1 a 4)	

1. Apresentação

Este relatório reúne, sistematiza e analisa informações referentes ao Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC da região ribeirinha sergipana do Baixo São Francisco, previamente delimitada pela Superintendência do IPHAN no Sergipe. Essa região é composta pelos municípios de Brejo Grande, Ilha das Flores, Neópolis, Santana do São Francisco, Propriá, Telha, Amparo do São Francisco, Canhoba, Nossa Senhora de Lourdes, Gararu, Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé do São Francisco.

Segundo a orientação do IPHAN, o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC – consiste em uma metodologia de identificação, documentação e registro, que tem como objetivos principais: identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais de grupos formadores da sociedade brasileira; e apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores da região inventariada, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação. No seu aspecto metodológico, o INRC busca valorizar o saber da comunidade local. A seleção dos bens a serem identificados deve sempre ter por base o que a comunidade destaca de forma reiterada como bem de significação diferenciada enquanto marca de sua identidade.

Os resultados aqui apresentados referem-se à realização do Levantamento Preliminar, primeira etapa do Inventário Nacional de Referências Culturais. O trabalho foi desenvolvido conforme as instruções do Manual de Aplicação do INRC e o método de investigação cumpriu o pressuposto de realizar uma varredura da região considerada como Sítio a ser pesquisado, o Baixo São Francisco sergipano, objetivando selecionar elementos que deverão ser objeto de investigação mais aprofundada numa eventual fase de identificação.

Nos municípios inventariados, foi feito um levantamento geral, procurando coletar informações suficientes para o preenchimento dos dados requeridos nessa fase do INRC. Portanto, os formulários que compõem o Levantamento Preliminar, conforme definição do Projeto Básico para o Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC da região ribeirinha sergipana do Baixo São Francisco, são instrumentos de sistematização dos dados recolhidos em campo e em pesquisa documental, ampliando a compreensão sobre as formas de expressão, as celebrações, os ofícios e modos de fazer, os lugares e as edificações na região.

Ao longo desse relatório, vamos apresentar as reflexões extraídas dessa experiência de pesquisa, buscando relatar uma síntese analítica daquilo que foi observado sob a orientação metodológica do INRC. Para tanto, vamos expor:

- a metodologia utilizada na pesquisa;

- os dados analiticamente estruturados e as reflexões sobre as informações das fichas;
- uma análise da dinâmica cultural do sítio e das localidades (municípios e povoados) pesquisadas;
- o levantamento das atitudes, valores e relações da população em relação ao patrimônio cultural e ambiental da região;
- uma reflexão sobre as perspectivas de patrimonialização e salvaguarda dos bens culturais da região.

2. Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados no levantamento preliminar das referências culturais da região ribeirinha sergipana do Baixo São Francisco pautaram-se nas orientações do Manual de Aplicação do INRC e nas especificações do Projeto Básico, com a delimitação prévia do sítio a ser inventariado, e visaram basicamente a tomada de decisão a respeito da sua subdivisão em localidades e a reunião e sistematização das informações inicialmente disponíveis sobre o sítio considerado.

Seu objetivo foi visualizar os bens a serem inventariados em seu conjunto, indagar sobre o seu sentido e compreender o contexto histórico e social em que ocorrem, principalmente em termos do grau de estabilidade ou mudança em que se encontra a área estudada, no momento do inventário. Assim, foi utilizada a Ficha de Campo do Levantamento Preliminar. Foram inventariados os bens que se incluem nas categorias celebrações, edificações, formas de expressão, lugares, ofícios e modos de fazer, algumas vezes independentemente de eles estarem em plena vigência ou em desuso na localidade considerada.

O trabalho de campo foi desenvolvido de acordo com as proposições metodológicas próprias ao INRC, sendo que foram cumpridas as especificações técnicas determinadas, sobretudo a pesquisa em fontes secundárias e documentos oficiais, bem como as viagens ao campo com a realização de entrevistas de pessoas que detinham um bom conhecimento da realidade local sobre temas gerais relacionados ao inventário. Além das fichas usadas em campo, foram realizados registros fotográficos e audiovisuais, devidamente identificados conforme a metodologia do INRC.

As visitas aos municípios do Baixo São Francisco sergipano foram organizadas seguindo a divisão do Sítio em três áreas, proposta no Projeto Básico. A Área 1, composta pelos municípios de Brejo Grande, Ilha das Flores, Neópolis e Santana do São Francisco. A Área 2, Canhoba, Nossa Senhora de Lourdes, Amparo do São Francisco, Propriá e Telha. A Área 3, Gararu, Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé de São Francisco. O trabalho de campo ocorreu seguindo um roteiro previamente discutido pela equipe da empresa Memória

Arquitetura Ltda. Após duas viagens exploratórias (entre 07 e 17 de fevereiro e entre 30 de abril e 1º de maio de 2012) em que se percorreu toda a região em estudo, foi feito um pré levantamento de bens que poderiam vir a ser inventariados. Como base nessa listagem inicial, planejou-se o restante da pesquisa de campo considerando as distâncias entre as cidades e os contatos antecipadamente realizados nas viagens anteriores. O retorno ao campo aconteceu ao longo do ano de 2012. Entre os dias 05 e 10 de maio de 2012, a equipe formada por Éder Cláudio Malta Souza (mestre e doutor em Ciências Sociais) e Elza Andrade (Historiadora e Mestre em Antropologia) percorreu os municípios da Área 1, realizando entrevistas e coletando informações para o preenchimento dos formulários previstos na metodologia do INRC. Entre os dias 16 e 22 de junho de 2012, a equipe novamente formada por Éder Cláudio Malta Souza e Elza Andrade percorreu os municípios da Área 2. Para a Área 3, a equipe foi formada formada por Alexandre Borim (Arquiteto Urbanista e Especialista em Turismo e Desenvolvimento Sustentável), Maria Cecília de Alvarenga Carvalho (Historiadora e Mestre em Ciências Sociais) e Carlos Eduardo Frankiw de Andrade (Historiador e Mestre em História Social)

Alguns bens distribuídos pelos 13 municípios da área previamente listados no planejamento das ações acabaram não sendo levantados quando do regresso aos municípios, enquanto outros foram incluídos. Isso ocorreu pelo fato dessa listagem preliminar ter sido baseada em pesquisas de fontes primárias e secundárias (bibliografia, teses, dissertações, artigos, material audiovisual, fotografias, iconografias), e em um primeiro contato com secretários municipais dos setores de culturas. Quando a equipe retornou aos municípios para efetivar os levantamentos dos bens culturais foi constatado *in loco*, amparados pelos agentes culturais e pelas lideranças locais, a inexistência da prática dessas manifestações, que mesmo em memória não seriam relevantes ou referenciais para sua população. Por isso a exclusão desses bens e a inclusão de inúmeros outros detectados de maior relevância. Ademais, em alguns casos, como, por exemplo, no modo de fazer de diversos doces, houve o agrupamento desses fazeres pelo fato de ter sido constatado sua importância enquanto conjunto, e não isoladamente algum tipo específico de doce.

Ao longo do trabalho de campo, as informações foram sendo agrupadas pelos municípios das três áreas previamente definidas no Projeto Básico. A análise dos primeiros resultados e as discussões com a técnica do IPHAN responsável por acompanhar o trabalho levaram ao questionamento dessa ênfase nas divisões por municípios. Para esse produto final do Levantamento Preliminar do INRC, houve a necessidade de especificar as regiões que, pela metodologia do INRC, poderiam ser definidas como Localidades dentro do Sítio. Levando-se em conta as referências culturais compartilhadas, a formação histórica e as paisagens naturais percebidas como suporte da maior parte das referências culturais, foram definidas três localidades: Foz do São Francisco/SE, que inclui os municípios de Brejo Grande, Ilha das Flores, Neópolis e Santana do São Francisco; Antiga Urubu de Baixo, que engloba os municípios de Canhoba, Nossa Senhora de Lourdes, Amparo do São Francisco, Propriá e Telha; e Alto Sertão Sergipano, composta pelos municípios de Canindé de São Francisco, Gararu, Poço Redondo e Porto da Folha. Por outro lado, na apresentação das fichas de Localidade e na descrição de muitos bens, procuramos registrar as diferenças observadas entre os municípios

de uma mesma Localidade, já que a divisão político-administrativa municipal é base de organização das informações estatísticas e é um importante elemento de autoidentificação das populações locais.

Conforme registramos de forma mais detalhada na ficha de Sítio, as referências culturais do Sítio são marcadas pela relação com seus dois elementos naturais mais característicos: o rio São Francisco (sobretudo na sua porção sudeste) e a caatinga (característica da sua porção noroeste). Os Lugares e Edificações, os Ofícios e Modos de Fazer e muitas das Formas de Expressão inventariadas estão mais estreitamente articuladas ao rio nas localidades que denominamos de Foz do São Francisco e de Antiga Urubu de Baixo. Na segunda localidade, começam a aparecer bens também ligados ao que se pode chamar de cultura sertaneja, conectada ao bioma da caatinga. A terceira localidade identificada no sítio apresenta esses elementos sertanejos de forma mais elaborada, daí sua denominação de Alto Sertão Sergipano. Nessa última, por sua vez, observa-se uma menor ligação com o rio São Francisco, em comparação com as outras duas.

Do ponto de vista das paisagens naturais, nas localidades à margem do Rio São Francisco, prepondera o bioma formado pela Mata Atlântica. A vegetação é caracterizada pela presença de restinga e vegetação típica de lagoas de água doce. Apresentam inúmeras praias que atraem atividade turística de âmbito local e regional. No interior do território, o bioma característico é a caatinga, região que sofre bastante com a seca e algumas áreas são amplamente devastadas pela criação de pastagem para o gado. Alguns povoados sofrem com a falta de água, sendo abastecidos por carros pipa. Já a área que vai de Propriá a Canhoba, passando por Telha e Amparo do São Francisco, está na transição dos biomas de Mata Atlântica e da Caatinga, apresentando características de ambos. Os municípios localizados mais ao norte do Sítio caracterizam-se pela vegetação de caatinga e pelo clima tropical semi-árido. As temperaturas médias anuais são elevadas variando entre 28 e 45 °C, enquanto que os índices pluviométricos são baixos, com média de 750 mm anuais. A cobertura vegetal é classificada como savana estépica e apresenta bastante diversidade, cujas diferenças se devem à pluviometria, fertilidade e o tipo de solo. Estão compreendidos nessa área, sobretudo, os municípios de Guaruru, Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé do São Francisco.

A formação histórica do Sítio também reforça essa decisão de dividi-lo em três Localidades. O primeiro município a se instalar foi a Vila Nova de Santo Antônio (1679), depois denominada de Vila Nova Del Rei (1733) e finalmente Neópolis (1940). O município de Propriá foi criado em 1800, em território que pertencia à Vila Nova Del Rei. O então povoado, que comandava várias cidades da região do rio São Francisco, era conhecido na época como “Urubu de Baixo”. A vila de Porto da Folha, por sua vez, foi criada em 1864 com território que pertencia à vila de Propriá. Do território do município de Porto da Folha originaram-se os municípios de Gararu (1877), Canindé do São Francisco (1938) e Poço Redondo (1953). Do território que permaneceu no município de Propriá após a emancipação de Porto da Folha, foram criados os municípios de Canhoba (1937), Amparo do São Francisco (1953) e Telha (1964); e em 1963 o município de Nossa Senhora de Lourdes emancipou-se do de Canhoba. Finalmente, o território remanescente do município de Neópolis

(após a emancipação de Propriá e Porto da Folha) foi desmembrado nos municípios de Brejo Grande (1926), Ilha das Flores (1959) e Santana do São Francisco (1985). Esse processo de emancipação dos municípios reforça a divisão de Localidades, pois o território do município de Neópolis que permaneceu após a emancipação de Propriá e Porto da Folha corresponde à Localidade Foz do São Francisco/SE, enquanto o antigo município de Propriá corresponde à Localidade Antigo Urubu de Baixo e o antigo município de Porto da Folha corresponde à Localidade Alto Sertão Sergipano.

Roteiro de Pesquisa

O roteiro de pesquisa foi construído com base em marcos dialógicos adequados às fichas de identificação do INRC e aos objetos de pesquisa. Assim, definiu-se um conjunto de seis marcadores gerais:

Marcador 1: Como aprendeu o ofício ou modo de fazer? Como surgiu a celebração/forma de expressão? Qual a origem do lugar/edificação?

Marcador 2: Como desenvolve o ofício ou modo de fazer atualmente (condições, acesso à matéria-prima, formas sociais de produção)? Como realizam a celebração/forma de expressão (condições, acesso aos recursos, formas sociais de organização)? Qual a estrutura do lugar/edificação (condições, acesso ao bem, usos e apropriações)?

Marcador 3: Ofícios/modos de fazer: Como comercializa (composição de renda, aceitação do produto, local de comercialização, se organizados em Cooperativa ou Associação, como se dá a divisão dos trabalhos e dos lucros)? Celebração/forma de expressão: como e porque organizam? Lugar/edificação: qual público e como usam/apropriam-se?

Marcador 4: Quais os significados do ofício ou modo de fazer/celebração/forma de expressão/lugar/edificação (simbologia, representação social, conflitos)?

Marcador 5: Como gostaria que o ofício ou modo de fazer/celebração/forma de expressão/lugar/edificação fosse visto pelas pessoas e instituições públicas (inovação técnica e estética, preservação dos elementos tradicionais etc)?

Marcador 6: (no caso dos bens categorizados como “memória” (o bem já não mais existe) ou “ruína” (bem em processo de desaparecimento/esquecimento)) Quais as causas prováveis da não mais vigência do modo de fazer/celebração/forma de expressão? Quais os processos relacionais vivenciados pelas gerações mais antigas e atuais que preveem a troca, ou a inexistência dela, a respeito de tais bens culturais? Como tais bens são dimensionados pela memória coletiva?

Para a categoria “Celebrações”, levantamos informações com entrevistados a partir das seguintes demarcações: síntese descritiva do bem identificado, descrição das características gerais do lugar da celebração, tempo (data fixa ou móvel, duração e periodicidade). Sobre a história do bem cultural tentou-se conceber os aspectos considerados mais relevantes das origens, motivos, sentidos e transformações; participantes (*status* e funções); objetos e instrumentos rituais; trajes e adereços e o público que conforma a celebração.

Os bens culturais “Formas de Expressão” foram delimitados conforme seu tipo (cantorias e ladainhas; rezas; ritos; linguagens; festas e performances/folguedos). Para cada bem, os principais informantes foram os

próprios executantes com os quais procuramos informações sobre: descrição do bem e do lugar da atividade; produtos patrimoniais (repertório, danças); *status* e função dos participantes; capital e instalações (quem provê e sua função); matérias primas e ferramentas de trabalho (quem provê, função/significado; disponibilidade); processos de herança cultural desempenhados pelos agentes sociais.

Os bens culturais “Ofícios e Modos de fazer” foram pesquisados conforme seu tipo (ofício prático, arte popular, artesanato tradicional, manualidades, comida típica); executantes – principalmente quem em sua relação com o bem fosse Mestre ou executante; descrição do bem identificado; descrição do lugar da atividade e suas características gerais; breve descrição do “saber fazer” e de como ocorre sua transmissão no grupo social ao qual faz parte; repertório ou principais produtos patrimoniais. A pesquisa ainda relacionou o processo de trabalho e comercialização/destinação do produto (uso, venda ou troca; participação na renda familiar; modo de comercialização), cada etapa da atividade realizada, participantes, capital e instalações, matérias primas e ferramentas de trabalho (descrição, provimentos, função/significado, *status* e disponibilidade), por fim se há produção associativa e a situação atual.

Sobre os “Lugares”, pesquisou-se com base na descrição do bem identificado (características gerais, marcos naturais e/ou edificados, agenciamento do espaço para usos diferenciados); formação do lugar (origens, motivos, sentidos e transformações; narrativas e representações); usos atuais (usos cotidianos, usos cerimoniais). As “Edificações” foram pesquisadas com base na descrição arquitetônica (ambiência); sentidos referenciais (história, narrativas e representações, usos cotidianos, usos cerimoniais).

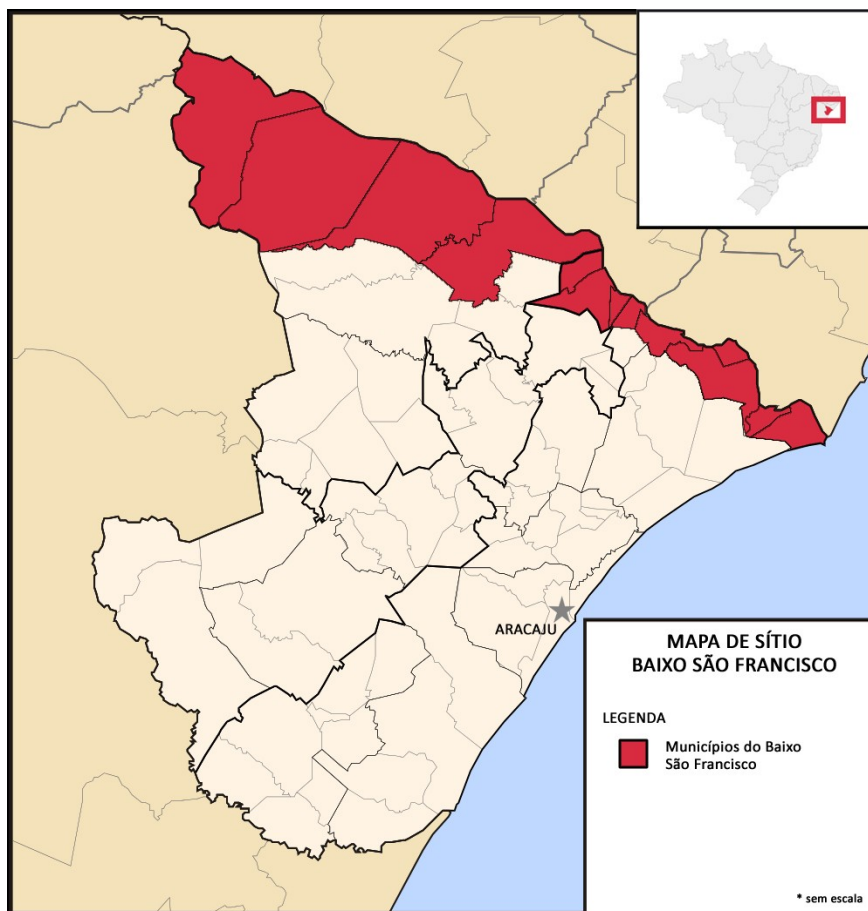


Figura 01: Mapa do Estado de Sergipe com a divisão política dos seus municípios e identificação do Sítio Baixo São Francisco sergipano.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sergipe_MesoMicroMunicip.svg

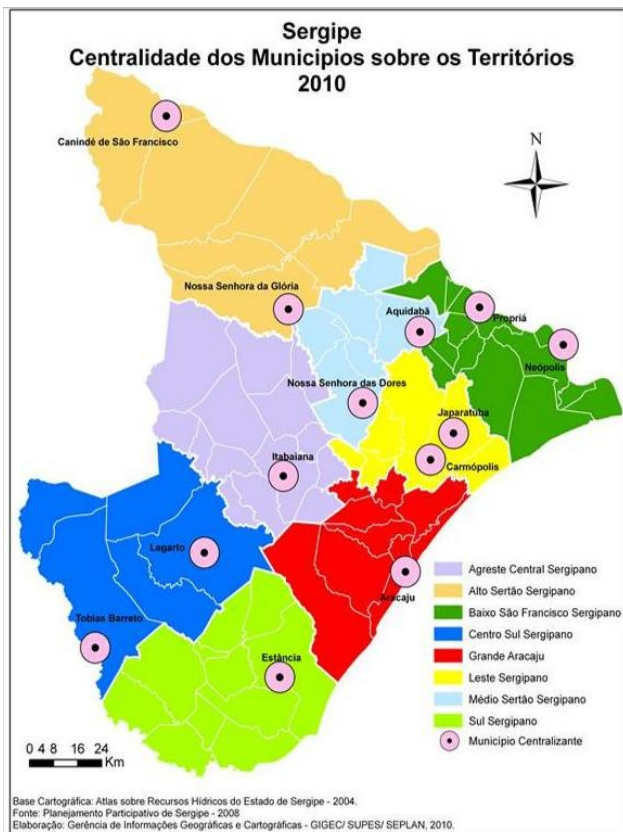


Figura 02: Localização dos municípios que se caracterizam como centralidades no estado de Sergipe. Destacam-se Neópolis, Propriá e Canindé do São Francisco na área em estudo.
Fonte: <http://www.observatorio.se.gov.br/geografia-e-cartografia-de-sergipe.html>



Figura 03: Mapa de Pólos Turístico do Estado de Sergipe, em 2011.
Fonte: <http://www.observatorio.se.gov.br/geografia-e-cartografia-de-sergipe.html>

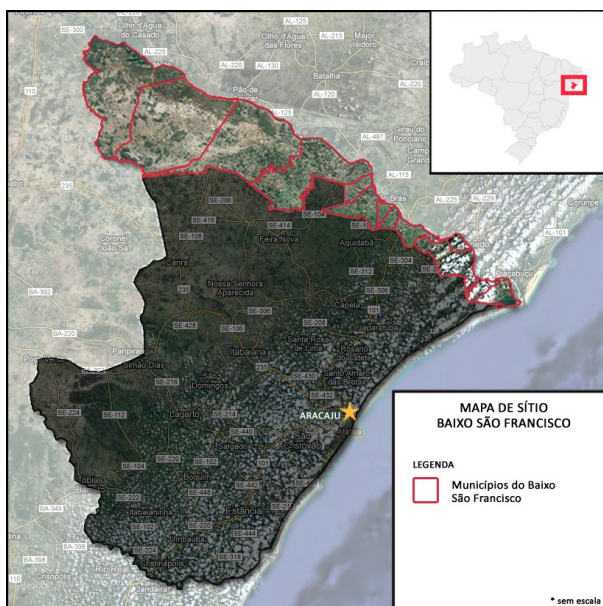


Figura 04: Fotografia aérea do Sítio Baixo São Francisco sergipano.
Fonte: Google Earth, 2013

Agentes Culturais

A metodologia do INRC orienta para a necessidade de incorporar, na formação da equipe, pessoas do lugar que possuem um conhecimento profundo da cultura local. O objetivo é aproveitar esse conhecimento para complementar e orientar o planejamento do inventário, além de garantir que a comunidade se expresse no que se refere à definição daquilo que de fato seriam suas referências culturais.

A escolha desses agentes culturais ocorreu a partir de indicações de pessoas ligadas às secretarias de cultura e prefeituras municipais, mas considerando, nessas escolhas, o respaldo da comunidade local. Os agentes foram escolhidos devido ao conhecimento que possuíam sobre cada localidade e seus bens, assim como a relação que os mesmos possuíam com seu grupo social.

Cada agente cultural encontrou soluções próprias ao desafio de servirem como canal de acesso às informações sobre os bens inventariados. Alguns deles conseguiram reunir significativo número de informantes na sede dos municípios, o que dinamizou o processo de entrevistas e de coleta de informações. Em muitos casos, pelo fato de também serem executantes ou parte do público regular de determinadas manifestações, os próprios agentes culturais locais se tornaram informantes das mesmas. Isso contribuiu para a construção de uma dimensão colaborativa permanente entre pesquisadores e agentes que muito serviu para o enriquecimento e complementação da função de intermediadores destes na obtenção dos saberes acerca das manifestações características das localidades visitadas. Além disso, algumas manifestações culturais acabaram sendo informadas pelos cidadãos conhecedores e atuantes no cenário cultural local, muito embora nem sempre fossem atores diretamente envolvidos com as formas de expressão, celebrações e ofícios aos quais forneceram informações.

Outros agentes locais, a despeito das recomendações e contatos preliminares, não fizeram um planejamento prévio da dinâmica do campo, tampouco os contatos com informantes. Em decorrência disso, a estratégia traçada foi de deslocamento aos povoados e realização de entrevistas individualizadas, possibilitando contado direto com os produtores e agentes das respectivas referências culturais.

Encontrar os informantes diretamente relacionados ao bem cultural e que pudessem colaborar com o levantamento das informações não foi tarefa simples, muito menos previsível. A especificidade do trabalho de identificação preliminar envolvendo o patrimônio imaterial é que estes bens estão em “movimento”, ou seja, os detentores dos saberes sobre os bens movimentam-se. Por isso, nem sempre foi possível encontrá-los seguindo um roteiro planejado; contudo tal situação foi sanada com a colaboração de voluntários locais, conhecedores ou admiradores desses bens culturais.

Como balanço final dos procedimentos metodológicos, pode-se dizer que (parafraseando Clifford Geertz [1978]) não fizemos propriamente um levantamento preliminar dos bens culturais *da* região, e sim *na* região. Embora o INRC tenha como premissa a superação da antiga preeminência do saber especializado na seleção

dos bens a serem preservados, a definição do que de fato é uma referência cultural para determinada comunidade deve ser encarada como alvo de disputas simbólicas. Ou seja, reconhecer que o valor de um bem *“é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados”* (Londres, 2000, p. 11-12) também deve considerar que as comunidades pesquisadas estão imersas em relações de poder. As pessoas do lugar, escolhidas como agentes culturais e informantes que vão conduzir os pesquisadores no campo, também vão se pautar por critérios de escolha influenciados por sua posição no campo social. Valorizar determinados bens e desvalorizar ou esquecer outros dependerá do olhar moldado pelo *habitus* de cada informante transformado em agente cultural e/ou representante local (Bourdieu, 1996).

No que diz respeito diretamente sobre patrimônio imaterial, a valorização ou desvalorização de determinados bens dependerá de como cada informante o discrimina espacial e temporariamente. Assim, o reconhecimento de bens depende de sua própria seletividade em um contexto sociocultural, que identitariamente (re)define as referências culturais locais. Para tanto faz-se a pergunta: o que é ser, para o outro e a diversidade de vivências e trajetórias, um elemento da cultura imaterial? (Laraia, 2004). Além disso, a atribuição de valor de patrimônio pressupõe que cada bem possua um significado sedimentado na vida sociocultural da população, a exemplo daqueles bens em que o valor recai na manutenção da “autenticidade” e de sua integridade física, como os processos de “preservação” e “restauração”. Desse modo, torna-se importante ressaltar que as manifestações performáticas, como as formas de expressão, modos de fazer e celebrações, costumam ter baixa codificação com as mudanças no espaço e no tempo. São antes, mais sensoriais e emocionais, rituais cotidianos (Fonseca, 2004).

Queremos, pois, destacar o fato de que os antigos questionamentos sobre o poder simbólico de que se investiram os intelectuais no chamado “período heróico” do IPHAN (Fonseca, 1997) também devem ser levados à pesquisa de campo do INRC. Ao se estabelecerem relações com informantes que orientarão o olhar do pesquisador, deve-se ter em mente o lugar da sua fala no campo social do município.

Isso fica claro no caso das informações sobre as festas católicas. Embora a importância dessas festas seja evidente, tanto pelo predomínio de católicos na região quanto pelo fato da sua formação histórica estar estreitamente ligada à expansão da fé católica como elemento constitutivo do processo colonial português, deve-se estar atento para outras manifestações de religiosidade também histórica e culturalmente relevantes; é o caso da umbanda e da religiosidade ameríndia que aparece na Localidade Alto Sertão Segipano. Outra evidência nesse sentido foi a identificação de ofícios que, embora não referenciados pelos agentes culturais, foram vistos pelos pesquisadores nos deslocamentos pelo campo e incluídos nas fichas de bens. Portanto, o cuidado tomado ao longo da pesquisa foi o de lidar com três fontes de informações sobre os bens culturais: a pesquisa prévia em fontes secundárias, o relato dos agentes culturais, mas também a observação direta dos pesquisadores ao se deslocarem pelas Localidades em estudo.

Listagem dos agentes culturais:

Roberto Batista Cruz: municípios de Santana do São Francisco e Neópolis

Ana Lúcia (D. Nena): municípios de Brejo Grande e Ilha das Flores

Marliene Santos: municípios de Amparo do São Francisco e Canhoba

José Roberto Santos Menezes: município de Nossa Senhora de Lourdes

José Alberto Amorim: municípios de Propriá e Telha

Carlos Augusto Pereira Santos: município de Gararu

Roberto Christian de Oliveira Silva: município de Porto da Folha

Rogéria Dantas: município de Poço Redondo

Maria José Messias dos Santos: município de Canindé de São Francisco

3. Reflexões sobre as informações das fichas

Localidade Foz do São Francisco/SE (Municípios de Brejo Grande, Ilha das Flores, Neópolis, Santana do São Francisco)

Na Localidade, foram inventariados 86 bens agrupados em 51 fichas, sendo onze fichas nas categorias de Celebrações, dezoito Formas de Expressão, dez Lugares, cinco Edificações e sete Ofícios e Modos de Fazer.

No município de **Brejo Grande** foram identificados e inventariados como Formas de Expressão vigentes na sede do município: Pastoril, Corrida de Canoa, Maracatu, Chegança. Foram categorizados enquanto memória, as formas de expressão Chegança, Samba de Coco, Reisado, Guerreiro, Casamento do Matuto, Quadrilha. Das Celebrações, o destaque cabe aos ritos católicos, como a festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição (que ocorre no mês de dezembro), a festa de Santa Cruz e a festa do Bom Jesus dos Navegantes, referenciadas como de grande importância para a vida local. Dos Ofícios e Modos de Fazer, tem-se a pesca artesanal, importante para o sustento de grande parcela da população, a culinária ribeirinha, o artesanato em palha de ouricuri, as cocadas produzidas no povoado de Saramém. Dos Lugares e Edificações, tem-se: o povoado Cabeço e o Farol de mesmo nome, datado do século XIX e atualmente em ruína após o avanço do oceano; a foz do rio São Francisco, importante para a pesca artesanal e já explorada pelo turismo; a prainha do povoado Saramém; o Porto de Carapeba, localizado na sede do município e utilizado para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias para o Estado de Alagoas, bem como utilizado para diversos usos cotidianos pelos moradores; e o Porto da Balsa, também utilizado para embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, corroborando com o incipiente turismo local.

No município de **Ilha das Flores**, são vigentes as Formas de Expressão: Reisado (Povoado Bongue), Ciranda dos Idosos (Povoado Serrão), Guerreiro (sede), Gincana de Pesca (sede), Grupo de carnaval “Bobos” (sede). Categorizadas enquanto memória, foram identificadas as Formas de Expressão: Pastoril, Samba de Coco, Casamento do Matuto, Quadrilha, Chegança. Das Celebrações, o destaque cabe aos ritos católicos, como a festa do Bom Jesus dos Navegantes (que ocorre no Povoado Serrão), os Penitentes, a Procissão dos Homens, o Terço das Almas e a festa do Padroeiro Santo Antônio de Pádua. Dos Lugares e Edificações, destacam-se a orla de Ilha das Flores e o monumento ao Bom Jesus dos Navegantes, localizado no povoado Serrão. Dos Ofícios e Modos de Fazer, a culinária e a pesca artesanal.

Em **Neópolis**, foram identificados e inventariados como Celebrações a festa do Bom Jesus dos Navegantes; a festa do Padroeiro Santo Antônio; a festa de Nossa Senhora do Rosário e a Semana Cultural. Na categoria Edificações, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Matriz de Santo Antônio. Como Formas de Expressão, os informantes referenciaram danças tradicionais de Chegança, Pastoril, Guerreiro e o Samba de Coco como vigentes, e o Reisado como memória. Outras expressões importantes demarcam a vida cultural do município:

a Corrida de Canoas, que ocorre durante a festa do Bom Jesus dos Navegantes; e o famoso e tradicional Bloco Zé Pereira, que é uma brincadeira carnavalesca caracterizada pelos foliões tocando bumbos e desfilando por ruas da cidade quando ocorre um arrastão puxado pelo Bloco ao som de marchinhas dançadas com muita irreverência pelos milhares de brincantes. Os principais Lugares detectados foram a Orla e a Praça da Matriz. Por fim, os Ofícios e Modos de Fazer vigentes convergem com os modos de vida e economia local: o estaleiro de fabricação de canoas do mestre canoeiro “Pateta”; a ornamentação carnavalesca; os bordados; o artesanato em palha de ouricuri produzido pela Associação Formiguinhas; a culinária e a pesca artesanal. Já o ponto de cruz foi considerado como memória.

Quanto a **Santana do São Francisco**, foram identificadas e inventariadas na categoria Celebrações a festa do Bom Jesus dos Navegantes; a festa da Padroeira de Nossa Senhora de Santana e o Encontro Cultural. Na categoria Edificações, mesmo que a Igreja Matriz tenha sido construída de forma comunitária, não foi referida pelos informantes durante as pesquisas. Como Formas de Expressão, os informantes referenciaram como vigentes as danças tradicionais de Samba de Coco, Quadrilhas e Banda de Pífano. Outras expressões importantes demarcam a vida cultural do município: a Corrida de Canoas que ocorre durante a Procissão do Bom Jesus dos Navegantes, as Cavalgadas e Corridas de Cavalo. Como memória, a Chegança, Pastoril, Guerreiro, Reisado, Presépio e o Pastoril dos Idosos foram referenciados. Os principais Lugares inventariados foram o Mirante, as croas formadas no rio e a Prainha da Saúde, que é um dos principais lugares sendo espaço de sociabilidade pública para a população da região, principalmente nos finais de semana. Na Prainha, ocorrem dois importantes eventos para este município: a Procissão do Bom Jesus dos Navegantes e a Corrida de Canoas. E finalmente os Ofícios e Modos de Fazer convergem com os modos de vida e economia local. O artesanato em barro e argila destaca-se como forma identitária da cultura e fazer local assim como é uma das principais fontes de renda da população. A culinária ribeirinha e a pesca artesanal completam a lista dos bens culturais do município.

A conclusão do levantamento das referências culturais da **Localidade Foz do São Francisco/SE** permitiu algumas reflexões preliminares. Entre os 86 bens inventariados, muitos se repetiam com pequenas modificações nos diversos municípios, o que reforça a percepção de que a área de fato constitui uma Localidade única. Seu principal elemento definidor e que marca a natureza de muitos dos seus bens é o Rio São Francisco. Essa constatação óbvia ganha maior sentido quando se percebe que nessa Localidade a relação com o rio assume contornos peculiares.

Um primeiro conjunto de bens que reflete essa peculiaridade da relação com o rio relaciona-se com os Ofícios e Modos de Fazer e com os Lugares e Edificações. A maioria dos ofícios e modos de fazer se ligam ao rio, diretamente (a pesca artesanal, a fabricação de canoas) ou indiretamente (a culinária, marcada por ingredientes vindos do rio). Do mesmo modo, diversos lugares e edificações identificados na pesquisa estão intimamente

ligados: os pequenos portos, o farol, a praia, a orla. Portanto, a vida cotidiana ainda é marcada pela relação com o rio, embora se perceba, por alguns relatos e pelo próprio trabalho de campo, que essa relação tenha perdido importância nas últimas décadas favorecendo uma relação que vincula-se mais à vida cultural urbana do que propriamente à vida cultural ribeirinha demarcada fortemente pelos modos tradicionais de fazer e viver..

Deve-se destacar uma série de outros Ofícios que são desenvolvidos na Localidade em conexão com mercados consumidores de outras regiões. É o caso da cerâmica em Santana do São Francisco e do artesanato em palha de ouricuri em Neópolis e Brejo Grande. Também apareceram nos relatos referências a ofícios que já foram importantes, mas declinaram à medida que perderam espaço nesses mercados regionais; é o caso do bordado em ponto de cruz.

Outro bem importante a refletir uma relação específica com o rio, enquadrado como Celebração, são as festas do Senhor Bom Jesus dos Navegantes. Elas ocorrem em todos os municípios da Localidade, embora tenham sido introduzidas em momentos diferentes e apresentem algumas pequenas diferenciações entre as paróquias que as realizam. Por outro lado, pode-se dizer que tal festa faz parte de uma estrutura das celebrações religiosas da Localidade, que se organiza de um lado pela festa do Senhor Bom Jesus dos Navegantes e de outro pela festa dos padroeiros das paróquias locais. Ao lado delas, ocorrem a festa de Nossa Senhora do Rosário em Neópolis e a festa da Santa Cruz em Brejo Grande. Em relação a estas celebrações, sobretudo no que diz respeito ao Senhor Bom Jesus dos Navegantes, os informantes relatam as mudanças em muitas das suas características devocionais. Paralelamente, as prefeituras municipais instrumentalizam várias delas como festividades profanas, proliferando os trios elétricos e as Semanas Culturais.

Destaque especial deve ser dado à dinâmica das Formas de Expressão. Muitas delas são referenciadas como memória ou como ruína. É o caso da Chegança, do Samba de Coco, do Reisado, do Guerreiro, do Casamento do Matuto e da Quadrilha, em Brejo Grande; do Pastoril, do Samba de Coco, do Casamento do Matuto, da Quadrilha e da Chegança, em Ilha das Flores; do Reisado, em Neópolis; da Chegança, do Pastoril, do Guerreiro, do Reisado, do Presépio e do Pastoril dos Idosos, em Santana do São Francisco. Os informantes relataram que o desaparecimento ou a perda de espaço dessas formas de expressão estariam relacionados com o desinteresse dos mais novos e a “perda do entusiasmo” com essas manifestações por parte das populações locais.

Conectado a esse processo de desaparecimento, surgiram nos relatos referências à recuperação de muitas Formas de Expressão chamada pelas prefeituras e demais atores sociais das localidades de “resgate cultural” ou “resgate do folclore”. Ou seja, algumas manifestações que já não existiam mais foram retomadas a partir da iniciativa de algumas pessoas que as vivenciaram na infância. Esse processo, que podemos chamar de retraditionalização, promove a recuperação das formas de expressão não mais como um elemento da vivência cotidiana, e sim como um exercício de memória. Um exemplo disso é o relato sobre o Pastoril dos Idosos em

Neópolis, onde a retomada dessa forma de expressão partiu de um grupo de mulheres idosas que tinha por objetivo principal tornar viva uma tradição “do tempo antigo”. Nessa retomada de algumas formas de expressão sob novas bases, chama a atenção as cobranças para que os poderes públicos apoiem tais manifestações. Nesse caso, deve-se refletir sobre o significado que tais manifestações passam a assumir, com o risco da sua retomada a partir de concepções folclorizantes.



Foto 01: Adro da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição,
Sede de Brejo Grande.

Fonte: Padre Adauto, 2012.



Foto 02: Lavadeiras e embarcações vernáculas, Sede, Brejo Grande.

Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.



Foto 03: Orla e Paisagem do Rio São Francisco, Ilha das Flores.

Fonte: Carlos Costa, 2012.



Foto 04: Igreja Matriz de Santo Antônio, Neópolis.

Fonte: Vanessa Vasconcelos, fevereiro de 2012.



Foto 05: Embarcações na Orla, Neópolis.

Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.



Foto 06: Prainha, Povoado Saúde, Santana do São Francisco.

Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.

Localidade Antigo Urubu de Baixo (Municípios de Propriá, Telha, Amparo do São Francisco, Canhoba e Nossa Senhora de Lourdes)

Na localidade, foram inventariados 84 bens agrupados em 64 fichas, sendo nove fichas nas categorias de Celebrações, vinte e oito Formas de Expressão, cinco Lugares, dez Edificações e doze Ofícios e Modos de Fazer.

No município de **Propriá** são vigentes na sede do município as expressões, Pastoril, Corrida de Canoa, Cangaceiros, Quadrilhas, Trios Pé de Serra, Bandas de Pífano e as Danças Afro. Foram categorizados enquanto memória, as formas de expressão Chegança, Reisado e Guerreiro. Das Celebrações, o destaque cabe aos ritos católicos, como a festa do Padroeiro Santo Antônio, que precede as festas juninas, e a tradicional celebração do Bom Jesus dos Navegantes, ambas referenciadas como de grande importância para a vida local. Dos ofícios e modos de fazer, tem-se a pesca artesanal, importante para o sustento de grande parcela da população, a culinária ribeirinha, o artesanato em palha de ouricuri, os doces caseiros típicos da cidade, a exemplo do doce de batata, bolos produzidos artesanalmente, licores, bordados e artes plásticas, sendo todos vigentes. Dos lugares e edificações, tem-se a Praça Luiz Gonzaga, espaço inaugurado pelo próprio músico, a Orla e a tradicional e conhecida Feira de Propriá, com usos diversos, venda de produtos e mercadorias produzidos na região, corroborando com o incipiente turismo local. As principais edificações são a Catedral Diocesana, a Igreja do Rosário e o Conjunto Histórico de Propriá, datado dos séculos XVIII e XIX.

No município de **Telha**, a única forma de expressão considerada vigente foi a Quadrilha; outros bens como Reisado e Marujada foram categorizadas enquanto memória. Das celebrações, o destaque cabe aos ritos católicos, como a festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Dos lugares e edificações, são vigentes a Prainha da Adutora e a Igreja Matriz, mas há uma igreja particular em estado de ruína. Dos ofícios e modos de fazer, a culinária e o bordado em Ponto de Cruz.

Em **Amparo do São Francisco**, foram identificados e inventariados diversos bens culturais. Na categoria Celebrações a festa do Bom Jesus dos Navegantes, da Padroeira Nossa Senhora do Amparo e do Terço das Almas, foram referenciadas pelos informantes. Na categoria Edificações, somente a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo. Como Formas de Expressão, os informantes referenciaram como vigentes danças tradicionais de Guerreiro, o Samba de Coco, as Danças Afro, as Cantigas de Roda, a Corrida de Canoas, as Quadrilhas, as Rezadeiras/Benzedeiras, o Casamento de Matuto, a Cavalgada, a Marujada e o Reisado. Já o Pastoril e o Xangô são memória. Os principais Lugares informados foram as Prainhas que se formam ao longo do Rio São Francisco. Por fim, os Ofícios e Modos de Fazer vigentes convergem com os modos de vida e economia local: Bordados de Redendê, Ponto de Cruz e Fuxico, Culinária e Pesca Artesanal.

Em **Canhoba**, os bens culturais vigentes identificados na categoria Celebrações foram a festa do Santo Cruzeiro, principal comemoração católica do município, e a festa do Padroeiro Bom Jesus dos Pobres. Na categoria Edificações, existe a Igreja Matriz Senhor Bom Jesus dos Pobres e a Capela Nossa Senhora da

Conceição. Há ainda um antigo sobrado em estado de ruína, localizado no povoado Borda da Mata. As formas de expressão vigentes são: Quadrilha, Casamento do Matuto, Forró do Candeeiro, Cavalgada, Corrida de Argola, Pareia, Vaquejada no Mato, Pastoril, Reisado, Samba de Coco, Caretas, Capoeira e Benzedeira. Somente o Maracatu foi identificado como memória. Na categoria lugar, somente a Prainha do Povoado Borda da Mata foi considerada pelos entrevistados, mas que agrega fortemente a sociabilidade de finais de semana dos moradores do município. Por fim, entre os Ofícios e Modos de Fazer, o Ponto de Cruz, a Renda de Bilro e o Bordado de Fita são vigentes, embora pouco explorados, e o Redendê é memória.

Em **Nossa Senhora de Lourdes**, foram identificados e inventariados como Celebrações a festa da Padroeira Nossa Senhora de Lourdes, a festa do Bom Jesus dos Navegantes e a festa do Gado Leiteiro. Na categoria Edificações, a Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes e o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes. Como forma de expressão, os informantes referenciaram as danças tradicionais do Pastoril, do Reisado e do Samba de Coco como vigentes, bem como a Quadrilha, o Casamento do Matuto, a Corrida de Canoa e a dança de São Gonçalo. Na categoria Lugar, foram detectadas a Cachoeira de Poção das Pedras e a Praia de Machadinho, localizada no povoado Escorial. Por fim, os Ofícios e Modos de Fazer vigentes foram o Ponto de Cruz, o Redendê, o mestre canoeiro e a pesca artesanal.

Da mesma forma que na **Localidade Foz do São Francisco/SE**, na **Localidade Antigo Urubu de Baixo** muitos dos 84 bens inventariados se repetem com pequenas modificações nos diversos municípios, dando também à área o caráter de Localidade única. Seu principal elemento definidor, e que marca a natureza de muitos dos seus bens, ainda é o Rio São Francisco, mas já se percebe a importância de bens culturais associados ao que convencionalmente se chama de cultura sertaneja. Portanto, essa dinâmica entre o rio e o sertão marca a Localidade.

O primeiro bem importante que reflete essa dinâmica específica, enquadrado como Celebração, são as festas do Bom Jesus dos Navegantes. Elas ocorrem em três dos municípios da Localidade (Propriá, Amparo do São Francisco e Nossa Senhora de Lourdes), não aparecendo em dois deles (Canhoba e Telha). Perde espaço, portanto, essa celebração intimamente associada com o rio, momento em que as populações ribeirinhas agradecem aos fenômenos naturais relacionados ao Rio São Francisco. Permanecem, todavia, as celebrações religiosas dos padroeiros das paróquias locais, ao lado de algumas celebrações específicas: o Terço das Almas, em Amparo do São Francisco; e a festa do Santo Cruzeiro, em Canhoba.

Por outro lado, alguns Ofícios e Modos de Fazer ainda refletem essa relação com o rio, como a pesca artesanal e a culinária, em Propriá e Amparo do São Francisco; e a pesca artesanal e a fabricação de canoas em Nossa Senhora de Lourdes. Do mesmo modo, alguns lugares e edificações identificados na pesquisa estão intimamente ligados ao rio, principalmente as praias e as orlas. Contudo não têm a mesma importância e a mesmo peso na vida cotidiana que se via na **Localidade Foz do São Francisco/SE**.

Deve-se enfatizar os Ofícios que são desenvolvidos na **Localidade Antigo Urubu de Baixo** em conexão com mercados consumidores de outras regiões. É o caso do artesanato em palha de ouricuri em Propriá e os bordados em todos os municípios. No entanto, diferentemente da **Localidade Foz do São Francisco/SE**, não se percebe uma ligação muito estreita com o mercado, e em alguns municípios observa-se o declínio de alguns desses ofícios em função dessa ausência ou precariedade de ligações com o mercado.

Também na **Localidade Antigo Urubu de Baixo**, Formas de Expressão são referenciadas como memória ou como ruína. É o caso da Chegança, do Reisado e do Guerreiro, em Propriá; do Reisado e da Marujada, em Telha; do Pastoril e do Xangô, em Amparo do São Francisco; e do Maracatu, em Canhoba. Contudo há um número muito maior de formas de expressão ainda vigentes. Em Propriá, há o Pastoril, a Corrida de Canoa, os Cangaceiros, as Quadrilhas, os Trios Pé de Serra, as Bandas de Pífano e as Danças Afro. Em Telha, ainda há a Quadrilha. Em Amparo do São Francisco, os informantes referenciaram como vigentes o Guerreiro, o Samba de Coco, as Danças Afro, as Cantigas de Roda, a Corrida de Canoas, as Quadrilhas, as Rezadeiras e Benzedadeiras, o Casamento de Matuto, a Cavalgada, a Marujada e o Reisado. Em Canhoba, as formas de expressão vigentes são: Quadrilha, Casamento do Matuto, Forró do Candeeiro, Cavalgada, Corrida de Argola, Pareia, Vaquejada no Mato, Pastoril, Reisado, Samba de Coco, Caretas, Capoeira e Benzedeira. Em Nossa Senhora de Lourdes, os informantes referenciaram as danças tradicionais do Pastoril, do Reisado e do Samba de Coco como vigentes, bem como a Quadrilha, o Casamento do Matuto, a Corrida de Canoa e a dança de São Gonçalo. Ainda que preliminarmente, talvez se possa afirmar que a região se mantém com um expressivo conjunto de formas de expressão populares, ao contrário da **Localidade Foz do São Francisco/SE** em que os casos de bens descritos como memória ou ruína eram mais numerosos.



Foto 07: Prainha do Povoado Crioulo, Amparo do São Francisco.
Fonte: Eder Souza, junho de 2012.



Foto 08: Prainha de Amparo, Amparo do São Francisco.
Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.



Foto 09: Prainha do Povoado Borda da Mata.
Fonte: Eder Souza, junho de 2012.



Foto 10: Cachoeira Poção de Pedras, Nossa Senhora de Lourdes.
Fonte: Eder Souza, junho de 2012.



Foto 11: Catedral Diocesana, Propriá.
Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.



Foto 12: Igreja do Rosário e vista pro Rio São Francisco, Propriá.
Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.



Foto 13: Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Telha.



Foto 14: Igreja em ruína, Telha.
Fonte: Eder Souza, fevereiro de 2012.

Fonte: Eder Souza, junho de 2012.

Localidade Alto Sertão Sergipano (Municípios de Gararu, Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé de São Francisco)

Na localidade, foram inventariados 162 bens agrupados em 99 fichas, sendo vinte e três fichas nas categorias de Celebrações, vinte e quatro Formas de Expressão, dezenove Lugares, treze Edificações e vinte Ofícios e Modos de Fazer.

Em **Gararu**, os bens culturais inventariados inseridos na categoria “Formas de Expressão” foram: Literatura de Cordel, Cavalgada; Pastoril; Cavalhada; Vaquejada; Bloco da Lama; Bandas de Pífano; Mascarados; Guerra de Cabacinha; Quadrilha e Corrida de Barcos. Na categoria “Ofício e Modos de Fazer”: Doces de Umbuzeiro; Culinária de Peixes; Bordado em Ponto de Cruz; Escultura em Madeira; Benzedeiro; Arribação; Currais de Pedra; Rede de Pesca; Cuscuz de Milho; Galinha Capoeira e Gabidela; Buchada de Bode e Artesanato em Couro. Na categoria “Celebrações”: festa de Bom Jesus dos Aflitos e Navegantes; Romaria da Serra da Melancia; festa de Nossa Senhora da Saúde; festa de São Matheus; festa do Santo Cruzeiro. Na categoria “Lugares”: Praia do Oiteiro; Buraco de Maria Pereira; Serra da Melancia; Praia de Lagoa Primeira; Praia da Geripatuba; Feira Popular de Comércio e Trilha do Diogo. Na categoria “Edificações”: Casa do Zé Cardoso; Currais de Pedra; Igreja da Matriz e Praça da Matriz.

Há no município o Grupo Teatral “Oiteros” que tem sido responsável pela expansão do cenário cultural em Gararu. Trabalham peças de teatro tradicionais, como Shakespeare, dando-lhe novas roupagens ao apropriar grandes temas sob a releitura da cultura do sertão. Promovem campanhas para limpeza e educação ambiental voltada às praias locais, além de incentivarem grande parte das referências culturais supracitadas tendo destacada atuação tanto na revitalização recente quanto no incentivo permanente ao reaparecimento de manifestações culturais típicas por iniciativa dos habitantes locais. É certamente um elemento agregador e de ocupação dos jovens da sede e do povoado de Oiteros. Qualquer atuação das instituições para fomento da cultura local mais frutífera será se trabalhada em parceria com este grupo, que tem na pessoa de Carlos Augusto Pereira dos Santos seu representante.

Em **Porto da Folha**, os bens culturais inventariados inseridos na categoria “Formas de Expressão” foram: Quadrilha; Reisado; Vaquejada; Cavalgada; Samba de Coco; Toada de Aboio; Concurso de Gado Leiteiro; Crendices e Lendas de Jânio Delgado; Banho de Cerveja; Xaxado; Umbanda; Bandas de Pífano e Cavalhada. Na categoria “Celebrações”: festa de Nossa Senhora da Conceição; festa de Santa Luzia; festa de Santa Cruz; festa do Vaqueiro; festa do Bom Jesus dos Pobres; festa de São José e o Toré. Na categoria “Ofícios e Modos de Fazer”: Esculturas em Madeira; Parteira; Benzedeiro; Derivados de Leite; Corda de Croá e Sisal; Rede de Pesca Artesanal; Cuscuz de Milho; Bordado em Ponto de Cruz; Culinária de Peixes; Arribação; Galinha Capoeira e Gabidela; Buchada de Bode; Rabada e Artesanato em Couro. Na categoria “Lugares”: Feira Popular de Comércio; Ouricuri; Ilha do Ouro; Quilombo Mocambo e Comunidade Indígena Ilha de São Pedro. E na categoria “Edificações”: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e Igreja de São Pedro.

O município se destaca pela presença da comunidade indígena Ilha de São Pedro e do Quilombo do Mocambo, que podem ser considerados exemplos pioneiros na história do país no processo de concretização dos direitos das comunidades tradicionais que desde 1988 tem previsão constitucional para reconhecimento e titulação de suas propriedades. Interessante observar como tais comunidades vêm mobilizando a cultura como forma de vida e de expressão para afirmação identitária com a qual se inserem na esfera pública. Na Ilha de São Pedro, têm retomado e redescoberto práticas tradicionais inativas por gerações, a exemplo do Ouricuri. A fala do Cacique, *“somos índios para nós e para os outros”*, é emblemática em ressaltar que ser índio na contemporaneidade significa não apenas questão étnica subjetiva aos membros do grupo, mas tem também implicações no campo social e político, nos quais a cultura tem ocupado papel cada vez mais importante. Por sua vez, o Quilombo Mocambo tem incorporado formas de expressão nunca antes praticadas nessas paragens, a exemplo da capoeira, como forma de vincular a comunidade quilombola com expressões historicamente associada à escravidão e a modalidades de resistência do povo negro. Outro exemplo é o samba de coco, praticado há muito tempo e que teve importância no processo de reconhecimento da comunidade como quilombola, que recentemente vem sendo designado como “dança afro”.

Em **Poço Redondo**, os bens culturais inventariados inseridos na categoria “Formas de Expressão” foram: Dança de São Gonçalo; Pastoril; Quadrilha; Xaxado; Bandas de Pífano; Toada de Aboio; Trio Pé de Serra; Vaquejada; Cavallhada; Samba de Coco e Umbanda. Na categoria “Celebrações”: Missa do Cangaço; festa de Nossa Senhora do Rosário; festa do Sagrado Coração de Jesus; festa de Santo Antônio; festa de Santa Cruz e festa de São Sebastião. Na categoria “Ofícios e Modos de Fazer”: Parteira; Benzedeiro; Escultura em Madeira; Doces de Umbuzeiro; Corda de Croá e Sisal; Redendê; Renda de Bilro; Arribação; Buchada de Bode; Rabada; Doces de Coroa-de-Frade e Doces de Mamão; Glinha Capoeira e Gabidela. Na categoria “Lugares”: Comunidade Quilombola Serra da Guia; Grota do Angico; Praia de Curralinho; Cachoeira Bom Jardim; Sítio Arqueológico do Charco e Feira Popular de Comércio. Na categoria “Edificações”: Igreja Nossa Senhora da Conceição; Igreja de Santo Antônio de Poço de Cima; Igreja de Santo Antônio; Praça Lampião; Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela de Nossa Senhora da Conceição.

Destaque neste município para a presença da Comunidade Quilombola Serra da Guia, que além de testemunho do passado histórico nacional e de resistência do povo negro, concentra significativas referências da cultura popular do Sergipe. Acredita-se que Josefa Maria da Silva Santos, a Zefa da Guia, apresenta os atributos de Mestra de saber tendo em vista os conhecimentos tradicionais que agrega (parteira e rezadeira) e pela representatividade, liderança e ativismo com que se insere no mundo, munida da doçura e da força peculiar aos bons guerreiros. Há também no município três Pontos de Cultura bastante atuantes, sendo eles: Ponto de Cultura Bordando História, Criando Cultura - Associação dos Artesãos do Município de Poço Redondo/SE; Ponto de Cultura na Trilha do Cangaço do Sertão - Fundação Dom José Brandão de Castro; e Ponto de Cultura Rendar a Arte com os Fios da Cultura - Associação Raízes Nordestina (ACRANE). Além disso, há

demanda para a criação de uma Secretaria Municipal de Cultura, pois as atividades do setor encontram-se concentradas na Diretoria de Turismo, vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura.

Em **Canindé de São Francisco**, os bens culturais inventariados inseridos na categoria “Formas de Expressão” foram: Casamento do Matuto; Samba de Coco; Trio Pé de Serra; Cavalhada; Vaquejada; Cordel e Carnaval de Blocos. Na categoria “Celebração”: Dança de São Gonçalo; Festa de São José; Festa de Nossa Senhora da Conceição; Festa do Quiabo e da Goiaba; Festa de Santo Antônio; Festa de São Vicente de Paula; Festa de Santa Terezinha; Festa de São Francisco; Festa de Nossa Senhora da Aparecida; Festa de São Geraldo e Festa de Nossa Senhora das Graças. Na categoria “Lugar”: Canindé de Baixo; Museu Arqueológico do Xingó; Grota do Angico; Prainha de Canindé e Fazenda Mundo Novo (Sítio Arqueológico). E na categoria “Ofícios e Modos de Fazer”: Buchada de Bode; Peixada; Rabada; Bordados Ponto Cruz e Redendê; Sanfoneiro; Escultura em Madeira; Artesanato em couro; Galinha Capoeira e Culinária de Peixes.

Para a **Localidade Alto Sertão Sergipano**, os 162 bens inventariados também reforçam a sua definição como Localidade única. O Rio São Francisco continua a ser o principal elemento definidor dessa Localidade, marcando muitos de seus bens culturais. No entanto, continuando uma tendência já observada na Localidade anterior, há um aumento da importância de elementos do que se chama convencionalmente de cultura sertaneja. A dinâmica entre o rio e o sertão marca a Localidade, embora nesse caso os elementos propriamente sertanejos assumam maior significado.

Um primeiro bem onde se pode perceber isso é a festa do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, que é muito importante na primeira Localidade, perde espaço na segunda e aqui é realizada apenas em Gararu, recebendo a denominação de Festa do Bom Jesus dos Aflitos e Navegantes. Em função disso, as celebrações dos padroeiros católicos ganham importância.

As festas de devoção aos Santos padroeiros assumem formato bastante semelhante nas diversas localidades visitadas da região do Baixo São Francisco do estado do Sergipe. Embora haja pluralidade de padroados, o significado dos santos não altera a estrutura da festa, que, de modo geral, e a despeito das especificidades locais, se estabelece do seguinte modo: as celebrações se iniciam com o novenário, acontece por meio de nove noites de rezas consecutivas. Cada dia de novena fica sob responsabilidade de grupo identificado por categorias sociais divididas por profissão, posição familiar; estado civil, faixa etária etc. Após a novena, acontece singela confraternização com oferecimento de comida e, às vezes, com realização de bingos, leilões e quermesse, eventos realizados com o objetivo de arrecadar fundos para a realização da festa ou para obras da igreja. A festa se encerra no décimo dia com procissão, missa, fogos de artifícios, e a “festa social”, momento profano do ciclo de celebração religiosa na qual tocam as bandas de pífano, os zabumbeiros e as bandas de fora, cuja contratação fica a cargo dos poderes públicos municipais. Embora seja esse o panorama das festas de Padroado, há especificidades locais no que tange a quantidade de dias de novenas; os grupos sociais

responsáveis pela preparação das mesmas, a forma de angariar recursos para execução da festa e a ocorrência ou não da festa social. Essas especificidades ficaram assinaladas nas fichas desses bens. Ainda quanto às Celebrações, merecem destaque a realização do Toré na Comunidade Indígena da Ilha de São Pedro e de algumas outras manifestações das comunidades quilombolas da região.

Nos Ofícios e Modos de Fazer aparecem com mais força bens que se associam com o modo de vida sertanejo. Assim, embora ainda apareçam a pesca e a culinária de peixes, os informantes sempre destacam o impacto causado pela construção da barragem da Hidroelétrica de Xingó, que modificou o ecossistema do rio e provocou a diminuição da pesca. São mais numerosos os elementos da culinária que usam ingredientes da pecuária (rabada, buchada de bode, produtos derivados de leite) ou típicos do semi-árido (o umbu e a Coroa-de-Frade, por exemplo). Também aparece o artesanato em couro e a construção de currais de pedra, que são fortemente relacionados com a pecuária sertaneja.

As Formas de Expressão reforçam essa percepção. Além daquelas associadas ao carnaval (e que aparecem nas outras localidades) ou às festas juninas (quadrilhas, xaxado, forró pé-de-serra etc.), aqui ganham destaque outros elementos mais associados ao modo de vida sertanejo, como a vaquejada, a cavalgada, a cavalhada, a toada de aboio e outras. O samba de coco também merece destaque, sobretudo por estar associado às comunidades quilombolas da Localidade.

Quanto aos Lugares, destacam-se as feiras populares com espaço de transações econômicas, mas também de sociabilidades. Também são importantes as praias do rio, que contemplam os mesmos aspectos: são pontos de atração de visitantes e por isso se transformam em espaços econômicos importantes para as populações locais. A barragem da Hidroelétrica de Xingó também influencia esse aspecto. Para abrigar os artefatos encontrados nos trabalhos arqueológicos da região alagada, foi construído o Museu de Arqueologia de Xingó. Além disso, houve uma redefinição dos lugares de atração de turistas que buscam os passeios pelo cânion do Rio São Francisco. Também devem ser destacados os lugares das comunidades indígenas e das comunidades quilombolas como elementos importantes da definição da identidade cultural destes povos.

Neste município, o aspecto que chamou atenção foi a amnésia produzida sobre a Canindé de Baixo, antiga sede do município destruída durante os trabalhos de construção da Usina Hidrelétrica de Xingó em virtude dos riscos de inundação da localidade alegados pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Ainda que a localidade não tenha sido inundada, a Companhia optou por demolir quase todas as edificações ali existentes para a construção de alojamentos para os operários das obras da Usina por meio da concessão de indenizações e construção de novas moradias aos habitantes que ali moravam. Interessante observar que em função da inundação da área da Barragem foi criado o Museu Arqueológico de Xingó como meio de preservar os registros arqueológicos dos sítios descobertos na área que seria posteriormente inundada pela represa da Usina, mas nenhuma ênfase foi dada à salvaguarda dos registros materiais e memorialísticos da Canindé

antiga. Como se trata de densidade demográfica aumentada desde a instalação da represa, poucos são os moradores que viveram na Canindé de Baixo, sendo esses predominantemente idosos.

Finalmente, deve ser enfatizada a importância da Unidade de Conservação Estadual Grotas do Angico, situada entre os municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco. Esse lugar, associado à figura de Lampião e seu bando, que foram mortos ali, simboliza algumas disputas simbólicas em torno da memória do Cangaço. Além da preservação desse lugar, há a realização da Semana e Missa do Cangaço, em Poço Redondo, que acontece na Praça Lampião. Os informantes deixam transparecer como houve uma resistência inicial a essas homenagens a Lampião e ao cangaço, associadas às lembranças das violências cometidas no período. Apenas recentemente essa releitura do passado vem se estabelecendo, transformando o cangaço em um símbolo de resistência popular.



Foto 15: Vista Distrito Sede, Gararu.
Fonte: Maria Cecília, 2012.



Foto 16: Currais de Pedra do Povoado Oitero, Gararu.
Fonte: Maria Cecília, 2012.



Foto 17: Rua de Cima, Porto da Folha.
Fonte: Maria Cecília, 2012.

Foto 18: Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Porto da
Folha.
Fonte: Maria Cecília, 2012.



Foto 19: Povoado de Curralinho, Poço Redondo.
Fonte: Maria Cecília, 2012.



Foto 20: Feira em Poço Redondo.
Fonte: Maria Cecília, 2012.



Foto 21: Represa Xingó, Canindé de São Francisco.
Fonte: Maria Cecília, 2012.



Foto 22: Prainha Xingó, Canindé de São Francisco.
Fonte: Maria Cecília, 2012.

4. A dinâmica cultural do sítio e das localidades pesquisadas

O território que hoje integra o Estado do Sergipe foi uma das primeiras regiões conhecidas na América Portuguesa. Já em 1501, a expedição exploradora de Gaspar de Lemos visitou o litoral entre os rios São Francisco e Real, tendo sido registrado na carta de Américo Vespúcio. Em 1534, com a divisão das capitanias hereditárias, o território sergipano integrou-se à Capitania da Bahia de Todos os Santos. A colonização efetiva da região deu-se tanto pela ação dos jesuítas quanto por Garcia d'Ávila, titular da Casa da Torre. Na região do rio São Francisco, os criadores de gado avançavam no desbravamento do interior, enquanto os padres inacianos continuavam estabelecendo seus aldeamentos indígenas. O conflito entre os interesses dos colonizadores e a ação dos jesuítas em defesa das populações indígenas tornou-se um traço permanente nos dois primeiros séculos de colonização (Nunes, 1989; Schwartz, 1988).

Sergipe permaneceu como uma comarca dependente da Bahia até a independência brasileira. Engenhos de açúcar começaram a ser construídos desde o final do século XVI, mas foi no século XVII que um volume significativo de açúcar passou a ser produzido na região. Durante o século XVIII, como importante área açucareira, tornou-se o segundo maior núcleo econômico da capitania baiana. Entretanto, a região canaveira concentrava-se na porção sul da comarca, enquanto ao norte, nas proximidades do rio São Francisco, destacavam-se a pecuária, a agricultura de subsistência e a produção de algodão e farinha de mandioca. O século XIX parece ter sido uma época de relativa prosperidade para a província, apesar dos altos e baixos do açúcar nos mercados internacionais. Entretanto, a ausência de condições portuárias favoráveis e a relativa proximidade da importante praça de Salvador impediram que se constituísse uma economia independente. A produção açucareira expandiu-se, e os engenhos alcançaram as várias regiões da província, inclusive o sertão do São Francisco. Articuladas ao setor açucareiro, desenvolveram-se diversas atividades de abastecimento, como a pecuária, a produção de farinha de mandioca e o cultivo de alimentos (Almeida, 1984; Mott, 1986; Nunes, 1989; Passos Subrinho, 2000).

Ao longo do século XIX, a população da província passou de 160.470 habitantes em 1834 para 176.650 em 1872, com um crescimento de apenas 0,25% ao ano. Esse pequeno crescimento refletia a incapacidade de adquirir um dinamismo próprio. Entre os escravos, o crescimento foi negativo: -1,97% ao ano. Com isto, sua população cativa declinou de cerca de 30% da população total na década de 1830 para 12% em 1872 (Botelho, 1998).

A distribuição por sexos mostra uma população livre que passou de uma situação em que os homens predominavam em 1834 (razão de sexo de 101) para outra em que as mulheres eram a maioria (razão de sexo de 94 em 1872). Entre os escravos ocorreu a mesma transformação, com a razão de sexo passando de 118 em 1834 para 92 em 1872. Esse amplo predomínio das cativas era inédito no Brasil para uma área agro-

exportadora. Provavelmente o Sergipe estava sofrendo de forma intensa os efeitos do tráfico interno de escravos, que se seguiu ao fim do tráfico transatlântico em 1850. Em relação à sua composição por cor, os sergipanos eram em sua maioria pardos e pretos, embora a sua parcela branca tenha aumentado ao longo do século: passou de 18,7% em 1834 para 28,2% em 1872 (Botelho, 1998).

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre em Sergipe ocorreu em uma conjuntura de crescimento da produção açucareira e da economia regional. Por outro lado, estudos mostram que as terras não estavam monopolizadas pelos proprietários de engenhos. Pelo contrário, havia uma parcela significativa da população rural que conseguia acesso à terra, sobretudo aquelas inadequadas à produção de cana-de-açúcar nas regiões de solo mais fraco e clima mais rigoroso, como é o caso do vale do rio São Francisco. Sendo assim, o período pós-abolição foi de imensas dificuldades para a economia sergipana (sobretudo para o setor açucareiro). Apesar das dificuldades, há um esforço de modernização que se traduziu em investimentos na agroindústria açucareira, na expansão do cultivo de algodão e na construção de fábricas de tecidos. A expansão da agricultura de subsistência com crescente grau de comercialização impulsionou o mercado interno, permitindo uma diversificação da economia. A partir da década de 1930, porém, esses esforços modernizantes começam a se esgotar, com o estado entrando em uma certa letargia econômica (Passos Subrinho, 2000).

O crescimento da população reflete essas mudanças econômicas. A população em 1890 alcançou o total de 310.926 habitantes, elevando-se a 356.264 em 1900, 477.064 em 1920 e 542.326 em 1940. Em termos de crescimento anual, ele vai de 1,36% a.a. entre 1890 e 1900 para 1,46% a.a. entre 1900 e 1920 e declina para 0,645 a.a. entre 1920 e 1940. A percepção de uma perda de dinamismo demográfico (que refletiria o esgotamento econômico relatado acima) é reforçada pelo comportamento da razão de sexos, que é sempre inferior a 100 (ou seja, há um predomínio de mulheres) mas vai declinando ainda mais ao longo da primeira metade do século XX: passa de 94 em 1890 para 97 em 1900, 92 em 1920 e 91 em 1940 (IBGE, 1952, p. 1). O predomínio feminino só pode ser explicado pela emigração, ou seja, pela saída de homens para outros estados em busca de melhores condições de vida numa conjuntura marcada pelo forte crescimento econômico do centro-sul do país.

A partir da década de 1940, a população voltou a crescer significativamente. Entre os censos de 1940 e 1950, esse crescimento foi de 1,72% a.a.. De acordo com o censo de 1960, o crescimento anual do decênio anterior foi de 1,54% a.a., mas no censo de 1970 o crescimento já havia chegado a 1,73% a.a.. A década de 1970, medida pelo censo de 1980, conheceu um crescimento anual de 2,43%, enquanto na década de 1980 (segundo o censo de 1991) ele chegou a 2,44% a.a.. Nas décadas seguintes, esse crescimento declinou, talvez já refletindo a queda da fecundidade que vinha ocorrendo desde os anos de 1970. Assim, na década de 1990 o crescimento foi de 1,99% a.a. (conforme o censo de 2000), enquanto na década de 2000 ele ficou em 1,47% a.a. (censo de 2010).

Durante todo o período, a razão de sexos continuou a mostrar o forte predomínio feminino, mas houve uma diminuição da diferença entre homens e mulheres. Assim, se em 1950 a razão de sexos era de 91 e nos censos de 1960 e 1970 ela ficou em 93, nos censos de 1980, 1991 e 2000 ela chegou a 96 e em 2010 ela foi de 95. Esse é um provável reflexo da diminuição das migrações internas no Brasil, sobretudo dos fluxos que iam do Nordeste para o Sudeste ao longo das décadas anteriores. Nesse período, o estado sofreu os efeitos da modernização vivida pela sociedade brasileira. Num primeiro momento, ele perdeu população (sobretudo masculina) para o centro-sul e norte do país, e isso perdurou até os anos 1970. Em seguida, essa perda parece diminuir, mostrando uma maior capacidade de reter sua população nos limites no próprio estado.

Para a região que estamos analisando, esse é o momento de implantação de grandes projetos públicos. Os perímetros irrigados, os grandes projetos agropecuários e, sobretudo, a Usina Hidroelétrica de Xingó provocaram grandes mudanças na região, e podem ter contribuído, ao lado das mudanças macroeconômicas brasileiras, para fixar a população nos seus lugares de origem.

Para pensarmos uma política voltada para salvaguardar referências culturais importantes da região, devemos refletir sobre esse percurso histórico e seus desdobramentos no presente. O processo de ocupação da região, em que a conquista do território pelos portugueses foi acompanhada pela permanência de populações indígenas e pela introdução de populações africanas, fica evidente na sua composição por raça/cor. No censo de 2010, mais de dois terços da população da região declarou-se parda. Em Brejo Grande, Neópolis e Santana do São Francisco, mais de 10% da população declarou-se negra, enquanto nos municípios de Porto da Folha e Poço Redondo, eles chegaram a quase 5% da população total. Nos demais municípios, há uma presença menor de negros.

Quanto aos índios, eles têm maior presença em Porto da Folha. Importa destacar que nesse município localiza-se a Comunidade Indígena Ilha de São Pedro. No mesmo município, existem diversas comunidades quilombolas, uma das quais já se encontra reconhecida pela Fundação Cultural Palmares: o Quilombo do Mocambo. Essa presença de índios e quilombolas tem suas justificativas no histórico que fizemos anteriormente. Entretanto, eles também estão conectados com processos de ressurgimento étnico que se tornam importantes no Nordeste a partir da década de 1930. Num primeiro momento, esse processo é caracteristicamente indígena. Mais recentemente, também as comunidades remanescentes de quilombo vão se envolver em tais processos. No caso de Porto da Folha, isso é ainda mais significativo por envolver comunidades indígena e quilombola vizinhas, com relações de parentesco, de troca de dias de trabalho etc. (Arruti, 1997, p. 15). Esse cenário implica em uma dinâmica específica aos bens culturais referenciados, alvos de ressignificações e reconstruções identitárias que são também lutas políticas pela posse estável da terra.

Outro aspecto de interesse para a análise é a dinâmica que as populações locais vêm estabelecendo com muitas de suas referências culturais em um contexto de rápidas transformações econômicas, demográficas e sociais, como destacado acima. Nesse processo, muitas das referências culturais entraram no inventário como

ruínas ou memória exatamente em função dessas transformações, enquanto outras são evidentes resgates ou reintroduções de referências culturais que tiveram sua continuidade interrompida em algum momento do passado recente e voltaram à prática pela atuação de lideranças específicas.

Para problematizarmos essa dinâmica, propomos lançar mão do que nos fala Renato Ortiz ao analisar a dinâmica entre memória coletiva e memória nacional. Para ele, a memória coletiva é necessariamente vinculada a um grupo social determinado, pois *“é o grupo que celebra sua revivificação, e o mecanismo de conservação do grupo está estreitamente associado à preservação da memória”* (Ortiz, 1985, p. 133). Essa memória coletiva existe enquanto tradição e se encarna no grupo social que a suporta, transformada em vivência (Ortiz, 1985, p. 134). A essa memória coletiva, o autor contrapõe o que ele chama de memória nacional. Esta se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano, vinculando-se à história e pertencendo ao domínio da ideologia. Ela não é propriedade particularizada de nenhum grupo social e *“se define como um universal que se impõe a todos os grupos”* (p. 136). Ao contrário da memória coletiva, ela *“não possui uma existência concreta, mas virtual, por isso não pode se manifestar imediatamente enquanto vivência”* (p. 136). Trata-se de um discurso de segunda ordem, *“já que não pode se constituir como um prolongamento dos valores populares dado seu caráter universal”* (p. 137). Concluindo, *“a memória coletiva é da ordem da vivência, a memória nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano”* (p. 135); *“a memória coletiva se aproxima do mito, e se manifesta portanto ritualmente. A memória nacional é da ordem da ideologia, ela é o produto de uma história social, não da ritualização da tradição”*.

O que se quer argumentar é que muitas das referências culturais registradas como memória ou ruína estão nessas condições porque os grupos sociais que as praticavam ou suportavam passaram por transformações que impediram sua reprodução enquanto memória coletiva, enquanto resultado da sua vivência cotidiana. A perda do interesse dos jovens por muitas das manifestações, o fato de que muitos ofícios (com as casas de taipa ou os muros de pedra) já não têm o mesmo papel econômico de antes, ou o fato de que não se “pisa o coco” porque não se colhe mais o arroz, todos estes são exemplos do desafio colocado ao INRC ao pensar em políticas de preservação. Tais políticas de preservação devem sempre pensar em estratégias que não transformem as referências culturais em discursos ideológicos (que Ortiz chama de memória nacional, à falta de melhor nome para o nosso caso), ou seja, apenas o produto da resignificação de práticas culturais, produzidos por intelectuais atuando como mediadores simbólicos que se apropriam das práticas populares para apresentá-las como expressões da cultura popular.

5. Atitudes, valores e relações da população com o patrimônio cultural e ambiental

A mesma análise empreendida acima, em que se lança mão das categorias elaboradas por Ortiz (1985) para olhar criticamente para a dinâmica cultural das Localidades pesquisadas, pode ser utilizada para perceber as atitudes, valores e relações das populações locais com o patrimônio cultural e ambiental. Em muitas situações, fica evidente a apropriação feita por lideranças populares ou intelectuais locais de elementos da memória coletiva para ressignificá-las e utilizá-las como ferramentas de afirmação de identidades coletivas. A canoa de tolda, as “danças afro” praticadas nas comunidades quilombolas ou a recuperação positiva do cangaço são exemplos disso.

Embora essa perspectiva diga respeito a uma instrumentalização política das identidades coletivas, isso não significa sua plena objetividade e instrumentalidade, pois a identidade é formada tanto por conteúdo subjetivo – entre o *self* e o outro – como objetivo, ou seja, como recorte articulado e selecionado que traz um elemento político estratégico. Sendo assim, importa considerar em que medida a identidade, como questão afirmativa e discurso ideológico, não seria capaz de interferir na própria incorporação subjetiva do conteúdo identitário proferido e instrumentalizado, promovendo a autoestima dos sujeitos sociais enquanto indivíduos que foram histórica e socialmente estigmatizados, assim como o *reconhecimento* destes indivíduos e grupos pelos “outros” com os quais comunicam.

Por exemplo, na comunidade quilombola do Mocambo, uma série de práticas existiu desde sempre, mas agora há uma consciência e afirmação dessas práticas como característica de quilombolas. O passado vem sendo lido sob a lente dessa identidade (como Quilombolas sujeitos de direitos) recentemente constituída. Então há com isso a reafirmação de práticas já tradicionais, mas ressignificadas, como o samba de coco, e a “invenção de tradições”, como a capoeira.

No geral, na *Localidade Alto Sertão Sergipano*, a percepção obtida pela pesquisa de campo se pauta pelo intenso envolvimento das comunidades em muitas das manifestações pesquisadas, independentemente do apoio ou não dos poderes públicos ou da iniciativa privada à existência das mesmas. Neste aspecto, destacam-se em muitos dos depoimentos as dimensões de auto-organização comunitária para a execução de suas manifestações quando da carência de incentivos públicos ou privados às mesmas, por meio da constituição de quermesses e canais de doação como fontes alternativas de arrecadação de recursos para a manutenção destas manifestações.

Destaca-se também a iniciativa de organização da população local, na qual determinados grupos de jovens (Grupo Teatral Oiteiros, em Gararu, e Grupo de Xaxado Na Pisada de Lampião, em Poço Redondo) têm se

organizado tanto visando reconstruir determinadas manifestações anteriormente vigentes quanto procurando agir em defesa daquelas ainda em vigência em seus municípios. Ademais, em muitos casos, determinados ofícios e modos de fazer se encontram sob o abrigo de associações já construídas ou de associações em vias de constituição, o que tem facilitado a manutenção e disseminação destes em meio à população local. Ainda assim, ressalta-se que muitos destes ofícios se encontram em risco, em virtude de a organização associativa no Sítio ser mais uma exceção do que uma regra entre aqueles que detêm os saberes referentes a estes ofícios e modos de saber.

Importa também ressaltar a criatividade e inventividade por parte de determinados grupos ou indivíduos no intuito da preservação da memória ou da manutenção de determinadas atividades e manifestações. Neste interím, destaca-se a introdução tanto de novos elementos em manifestações tradicionais (caso da dramatização no xaxado de Poço Redondo) quanto da reapropriação de determinadas manifestações em desuso como forma de preservação da memória e identidade local em determinadas apresentações culturais (caso do uso da Cavallhada como forma de simbolizar a disputa entre famílias na montagem da peça Romeu e Julieta por parte do Grupo Teatral Oiteiros).

Ademais, ressalta-se também a criatividade daqueles que viram seus ofícios e modos de fazer diretamente afetados por fatores externos como a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó. A barragem implicou em mudanças profundas por todo o trecho do rio São Francisco abaixo. Na foz, a perda da força do rio fez com que as marés avançassem mais pelo estuário do rio, provocando o desaparecimento de alguns lugares, tornando raras algumas espécies de peixes e crustáceos e modificando ofícios ligados à pesca. Da mesma forma, nas regiões rio acima os pescados do próprio rio tornaram-se mais raros, fazendo com que as cozinheiras locais buscassem manter suas tradições culinárias por meio da introdução de outros tipos de pescado na execução de suas receitas.

Também tem certo destaque a construção de um senso de preservação ambiental por parte das doceiras entrevistadas no que tange aos impactos da extração de determinadas matérias primas para a confecção de suas iguarias, ou do cuidado de alguns artesões com a extração da matéria-prima para o artesanato de palha.

Já em relação às **Localidade Foz do São Francisco/SE** e **Localidade Antigo Urubu de Baixo**, não há auto-organização, ficando fortemente a cargo das prefeituras ou de instituições públicas ou privadas a realização de eventos e a construção de espaços para as manifestações. Algo que é preciso distinguir seria que atitudes e valores são esses. Já destacamos anteriormente a relativização do olhar dos informantes e, claro, da população em geral. Distinguem-se no espaço e no tempo, dependentes dos grupos em que os bens estão inseridos e de como os atores sociais diversos apropriam-se e dão significado cotidiano aos bens. Destacamos aqui a forma como o Maracatu de Brejão dos Negros, em Brejo Grande, tem forte destaque no cenário cultural do Estado, mas no próprio município é motivo de conflitos entre realizadores e brincantes; ou ao modo como a população sujeita-se à identidade quilombola, pois uma parte não se referencia enquanto tal. Outro exemplo que

demonstra a conflitividade em torno de um bem ocorre em Santana do São Francisco. O artesanato local também é destaque da Secretaria de Cultura de Estado, é conhecido e vendido em várias cidades e em outros Estados. No entanto, apesar de existir espaço para comercialização e associações, não há auto-organização, pois entre cada artesão há uma fronteira que torna pouco flexível a ideia de um bem comum e coletivo. Ao contrário, é o cenário ideal de disputas e reprodução entre os artesãos. Não há o desenvolvimento de formas criativas e diferenciadas. Há forte repetição dos produtos, enquanto o criador é praticamente anônimo aos olhos de um consumidor. A produção recai na estandardização dos bens, não sendo assim distinta, com marca própria.

Em outros municípios, principalmente no que se refere às formas de expressão mais tradicionais como o Reisado, o Pastoril e até as famosas Quadrilhas de Matuto, a apropriação entre o público juvenil é ínfima. Não há interesse pela continuidade devido às novas formas de sociabilidade estarem deslocadas. Os jovens e até as crianças sentem-se constrangidos em participar ou quando há eventos poucos apreciam – assim constatamos em diversas entrevistas nos diferentes municípios. Este dado torna-se relevante, por um lado, pois a valorização de elementos desterritorializados tem sido cada vez mais crescente, o que torna a população mais idosa um tipo de “guardião das tradições”. São eles os detentores de um saber-fazer e talvez poucos o sejam futuramente. Por outro lado, como ocorre em um dos municípios que tradicionalmente se identificava com a cultura do período junino, Propriá, entre a disputa do forró moderno e o trio pé-de-serra não há ou pouco existe espaço na relação de poder para os “movimentos táticos” (Certeau, 1994), desprovidos de poder econômico e simbólico. Desse modo, poucas quadrilhas sobrevivem ao modo “tradicional” e adequam-se às quadrilhas modernas, com passos ritmados e velozes e com músicas que articulam as canções de massa nacionais aos ritmos e músicas populares, como as cantigas de roda.

Até mesmo celebrações como a tradicional festa do Bom Jesus dos Navegantes têm sido reduzidas à passagem da balsa entre os municípios e ao cortejo católico mais restrito, enquanto é ao mesmo tempo motivo de realização de shows com bandas de Axé e Pagode, onde se encontra o maior público. Aqui devemos perceber que o próprio Rio São Francisco não tem a mesma força simbólica para a população em geral. Mas, de outro modo, podemos também reforçar a necessidade de salvaguarda de bens; logo, estes dados não inviabilizam o registro, independente da força de organização, apoio público e comunitário.

Os jovens são em alguns casos os principais atores dessa mudança de percepção quanto às referências culturais. Embora as escolas infantis tentem “resgatar o folclore” com aulas de Pastoril, Reisado, Chegança etc, os jovens afastam-se em movimento intenso para a cultura de massa nacionalizada. Isso não significa que desprezem, mas há também a ausência de conhecimento das formas de expressão entre muitos deles. Quanto ao artesanato em geral, o reconhecimento é forte, mas, como já referimos, a organização é complexa. Em Neópolis há associações que funcionam há vários anos, como a Associação das Formiguinhas, que é formada por um grupo de artesãs mulheres e produzem peças de alto valor simbólico. No entanto, a valorização só

ocorreu mediante a intervenção do SEBRAE que modificou a forma de fazer os trançados. Ainda assim, tem maior perenidade que outros grupos de artesanato.

O patrimônio ambiental, principalmente o Rio São Francisco, precisa de ações de salvaguarda e proteção. Em todos os municípios o descaso da população e das autoridades é grande. Em Propriá, Neópolis, Gararu e outras cidades, a poluição é visível aos olhos. Lavagem de animais e veículos, assim como o despejo de lixo e esgoto, são motivos de preocupação. Assim sendo, a própria população não o “patrimonializa” cotidianamente, salvo os jogos políticos de “revitalização” e “transposição” do Velho Chico. Por outro lado, o artesanato em palha ou madeira parece não causar impacto socioambiental visto o manejo do meio-ambiente não parecer ser agressivo. Mas só com uma pesquisa mais exaustiva poderíamos afirmar com maior propriedade.

É difícil traçar um “retrato” acerca das atitudes e valores com os bens, pois isso varia de grupo para grupo social, e a pesquisa de Levantamento não permite que tenhamos melhor apreensão dessa realidade. Ao contrário, o fato de estarmos sendo mais direta ou indiretamente informados pelos atores sociais que estão envolvidos com a produção cultural de bens apenas demonstra um pequeno recorte desses valores. O que sugere-se o desenvolvimento de pesquisa das outras fases do INRC.

6. Perspectivas de patrimonialização e salvaguarda dos bens culturais da região

Antes de tudo, o principal patrimônio a ser salvaguardado é o próprio Rio São Francisco. Através dele a história e a cultura dessa região se constituiu e com ele se manteve. No entanto, há forte descaso da população e prefeituras quanto à preservação. Lixos são jogados, animais e veículos são lavados com o uso de produtos químicos. Algumas praias são constantemente alvos de intervenção do Ministério Público Estadual com a proibição de banhos.

Um aspecto importante a ser destacado é que, enquanto algumas referências culturais se mantêm graças ao envolvimento das comunidades locais, outras se encontram em extrema dependência para com os poderes públicos locais e as ocasionais transições de gestores. Isso tem impacto direto para a continuidade ou descontinuidade de determinadas manifestações em virtude dos laços estabelecidos entre organizadores e executantes com as personalidades políticas locais. Neste aspecto, se de um lado determinadas manifestações foram revestidas enquanto verdadeiras políticas públicas municipais e independem de gestões (caso da parte católica das Festas de Bom Jesus dos Navegantes nos municípios da *Localidade Foz do São Francisco/SE*, da Cavalhada em Canindé de São Francisco ou da Semana e Missa do Cangaço em Poço Redondo), a maior parte dos informantes relata dificuldades na manutenção de determinadas manifestações em virtude da ausência de políticas locais de preservação ou mesmo de incentivo à produção e comercialização, no que tange aos ofícios e modos de fazer. Em alguns casos, estas dificuldades estão sendo sanadas por meio da própria organização das comunidades visando manter as manifestações, seja por meio da solidariedade obtida através de doações por parte de comerciantes, seja por meio de sua organização visando a constituição de associações ou através da participação de editais de fomento e incentivo público organizados pela Secretaria Estadual de Cultura de Sergipe ou pelo Ministério da Cultura.

Sobre os ofícios que têm produtos comercializáveis, como o bordado, embora a prática tenha amplo respaldo social, a dificuldade de comercialização pode vir a ser um desincentivo. Buscar alternativas de vazão dos produtos, de forma a valorizá-los também economicamente, é forma de aliar o incentivo cultural ao desenvolvimento local. Sugere-se a divulgação dessas práticas articuladas com a produção. Alternativa seria a realização de material de divulgação promovendo, por exemplo, o circuito do bordado, evidenciando os locais de produção desses ofícios ou modos de fazer de maneira a atrair consumidores que atravessem tais municípios e que não detêm informações sobre o potencial dos lugares. Se se entende o turismo como potencial econômico e ao mesmo tempo meio de reconhecimento das qualidades locais, o mesmo poderia ser feito com os demais bens culturais, respeitando sempre as especificidades e articulação em parceria com a população, num programa constituído com apoio institucional, mas articulado na base.

As comunidades remanescentes de quilombos relatam a falta de instrumentos e de professores como dificuldade, embora informem sobre apoio do Programa Quilombo que tem contribuído com a doação de instrumentos para trabalhar a cultura. Demandam professores profissionais para ministrar oficinas relacionadas às manifestações, apesar de haver pessoas na comunidade que conhecem muito sobre celebrações locais. Como alternativa de salvaguarda, poderia associar as oficinais com profissionais, conforme demandado, às peculiaridades locais das celebrações, ainda fortemente presente nas reminiscências dos moradores mais velhos, a exemplo do samba de coco. Em Brejo Grande, Amparo do São Francisco, Canhoba e Porto da Folha, as comunidades quilombolas também têm recursos culturais como as “danças afro”, o maracatu e o samba de coco e a própria vida sociocultural constantemente ameaçada por fazendeiros. Em Propriá e Nossa Senhora de Lourdes, há as Quadrilhas que poderiam ser destacadas também.

Quanto às edificações, há as igrejas do Rosário dos Pretos em Neópolis e do Rosário em Propriá que merecem algum destaque, dada a história de sua construção e uso. Assim como a igreja. Outro destaque são os currais de pedra em Gararu. Segundo informações orais e historiográficas, datam originariamente do século XVII (mas a prática desta edificação se estendeu até século XX). Trata-se talvez do primeiro registro material de ocupação da região que sucedeu à presença da população indígena nativa. A existência antiga dos currais de pedra em Gararu é corroborada pelo topônimo primitivo do lugar, que no século XIX já era conhecido como Povoado Curral de Pedra, onde foi erguida a capela do Bom Jesus dos Aflitos.

Conforme consta na ficha de localidade e de acordo com informações dos entrevistados, esse bem cultural vem sendo desmantelado por pessoas do próprio lugar, que retiram as pedras para usá-las em novas construções. É realmente preocupante, por ser referência importante do processo de ocupação do lugar, e da atividade econômica que ali se instalou com a pecuária e a cultura sertaneja. Trata-se também de registro de memória do trabalho e de suas contradições, que envolvem de um lado exploração e, de outro, demasiado esforço humano, a ponto de poder designá-la mesmo contemporaneamente como modalidade de trabalho compulsório. Nas entrevistas, os próprios informantes pontuaram sobre a necessidade do tombamento. Apesar das implicações jurídicas desse instrumento e dos riscos de sua banalização, certamente faz-se necessário e talvez urgente a realização de estudo preliminar para avaliação de aplicabilidade ou não dessa proteção legal. De qualquer forma, urge o desenvolvimento de atividades educativas e de conscientização de forma a estagnar o processo de depredação do bem que tem sido levado a cabo por habitantes do lugar.

Outra questão que também saltou aos olhos foi o processo de demolição e arruinamento das construções do povoado de Currallinho, em Poço Redondo, com as novas edificações desordenadas e desamparadas de instrumentos de regulação do crescimento urbano. Nesse caso, seria pertinente a realização de inventário e a aplicação de mecanismos de regulação urbana pelo município de modo a não descaracterizar ainda demais a constituição espacial originária, que data do século XVIII e antecede à ocupação do distrito sede de Poço Redondo.

Em Canindé de São Francisco, embora haja a preservação dos registros materiais da Canindé de Baixo, núcleo urbano inundando pela represa de Xingó e que precedeu o atual, sugere-se o desenvolvimento de atividades que promovam o levantamento de acervos privados (como fotos, por exemplo) e registros sobre a memória do lugar, desenvolvidos com a população local remanescentes da Canindé antiga. Tal projeto poderia envolver as escolas e os antigos habitantes do lugar.

Finalmente, recomenda-se o estímulo à adoção de legislações municipais de ordenamento do espaço urbano e de incentivo à preservação do patrimônio local.

7. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.
- BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo: USP, 1998 (Tese de Doutorado – História Social).
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940): Série Regional, Parte XI, Sergipe*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.
- LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. *Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação*. Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. p. 11-21.
- PASSOS SUBRINHO, José Modesto dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930*. Aracaju (SE): Funcaju, 2000.
- MOTT, Luiz R. B.. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju (SE): Fundesc, 1986.
- NUNES, Maria Thetis. *Sergipe colonial I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1989.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

8. Equipe técnica



MEMÓRIA ARQUITETURA LTDA

Rua Grão Pará, 85/1301 | Santa Efigênia | Belo Horizonte/MG
CEP: 30.150-340 | Tel/fax: (31) 3241.5594
e-mail: memoria@memoriaarquitetura.com.br | web site: www.memoriaarquitetura.com.br

Ficha técnica:

Tarcísio R. Botelho (Historiador, Mestre e Doutor em História Social) - Coordenação
Alexandre Borim Coda Dias (Arquiteto Urbanista e Especialista em Turismo e Desenvolvimento Sustentável) – Co-coordenação e Pesquisador
Carlos E. Frankin de Andrade (Historiador e Mestre em História Social) - Pesquisador
Eder Claudio Malta Souza (Cientista Social e Doutor em Ciências Sociais) - Pesquisador
Elza Guimarães Andrade (Historiadora e Mestre em Antropologia Social) - Pesquisadora
Maria Cecília de Alvarenga Carvalho (Historiadora e Mestre em Ciências Sociais) - Pesquisadora

O grupo **Memória Arquitetura** agradece a gentileza da comunicação de possíveis falhas e/ou omissões verificadas neste documento.

9. Anexos

- A. F-10 (Ficha de Identificação do Sítio Baixo São Francisco sergipano)**
- B. Anexo 1 (Bibliografia)**
- C. Anexo 2 (Registros audiovisuais)**
- D. F-11 (Ficha de Identificação da Localidade Foz do São Francisco/SE)**
- E. Anexo 3 (Bens culturais inventariados da Localidade Foz do São Francisco/SE)**
- F. Anexo 4 (Contatos da Localidade Foz do São Francisco/SE)**
- G. F-11 (Ficha de Identificação da Localidade Antigo Urubu de Baixo)**
- H. Anexo 3 (Bens culturais inventariados da Localidade Antigo Urubu de Baixo)**
- I. Anexo 4 (Contatos da Localidade Antigo Urubu de Baixo)**
- J. F-11 (Ficha de Identificação da Localidade Alto Sertão Sergipano)**
- K. Anexo 3 (Bens culturais inventariados da Localidade Alto Sertão Sergipano)**
- L. Anexo 4 (Contatos da Localidade Alto Sertão Sergipano)**
- M. Termos de autorização**
- N. Recibos de contratação dos agentes culturais locais**
- O. DVD**
 - 1- Registros Audiovisuais Localidade Foz do São Francisco
 - 2- Registros Audiovisuais Localidade Antigo Urubu de Baixo
 - 3- Registros Audiovisuais Localidade Alto Sertão SergipanoFichas (F-10, F-11, Anexos 1 a 4)